

constituente

MONTADA UMA BOMBA
CONTRA A DEMOCRACIA

Daniel Herzog

* Colaborou na coleta de dados do Diário Oficial, James Borgen

Comissão, das 9 e tentativas, que não conseguiu concluir seus trabalhos. Um acirrado bloco conservador de 36 parlamentares rejeitou o moderado relatório do deputado Arthur da Fozola (PMDB-RJ) - que incorporava linhas avançadas, sendo apoiado por 27 constituintes - e não permitiu que fosse apresentado outro relatório. O bloco conservador travestiu pelo impasse e, esgotado o prazo, a matéria não foi submetida a votação. E à Comissão de Sistematização, foi enviado integralmente o texto aprovado nos tumultuosos trabalhos da Subcomissão.

Mais adiante, o texto que foi empurrado sem votação, da Subcomissão para a Comissão de Sistematização, foi sujeito pelo relator Bernardo Ebral a alguns reparos em aspectos não essenciais. E quando se esgotou o prazo para votação do anteprojeto do relator, a parte referente à comunicação foi aprovada em bloco, sem discussão. A emenda popular apresentada pela UENB foi olímpicamente desconsiderada. E sem qualquer relação importante dos setores democráticos, o bloco conservador impôs seu projeto "a pontapes".

SISTEMATIZAÇÃO

Os trabalhos da Comissão de Sistematização foram encerrados a 11 de novembro de 1987. O descontentamento da direita com certas disposições tidas como "progressistas" já havia provocado a articulação do Centrão que começou a jogar pesado. Com o Centrão golpeando por dentro e Sarney e as Forças Armadas atacando por fora, a Constituinte foi literalmente sitiada pelas forças conservadoras.

Um dos instrumentos mais utilizados para negociar votos dos constituintes - corrompendo os indecisos e "fechando contrato" com os tradicionais oportunistas - foi o das outorgas de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão. Em 1987, até outubro,

a média mensal de outorgas das principais modalidades de serviço (FM, Onda Média e TV) era de 13,6 concessões e permissões (ver Tabela 1). Coincidindo com a ofensiva do Centrão, as outorgas chegaram a 20 em novembro e a 46 em dezembro. Foi o início de uma corrida desenfreada. De janeiro de 1985 a outubro de 1987, haviam sido efetuadas 417 outorgas. De novembro de 1987 até 28 de setembro de 1988 - o período do "desvairio" - o governo Sarney despachou outras 520 concessões e permissões (ver Tabela 2), mais do que duplicando as outorgas efetuadas ao longo de todo seu governo.

A VORACIDADE DE SARNEY

Documentou-se que o general Figueiredo outorgou 634 concessões e permissões durante o seu governo. Ao todo, nos seus seis anos de mandato, esse número alcançou a casa das 700 outorgas, o que foi considerado muito elevado. Pois o presidente Sarney mostrou uma inusitada voracidade e ultrapassou esse número em pouco mais de três anos e meio de mandato: de janeiro de 1985 a 28 de setembro de 1988 foram outorgadas 937 concessões e permissões de emissoras. Hoje restam disponíveis cerca de 20% da totalidades das frequências e canais tecnicamente viáveis no Brasil que, obviamente, não se situam nos principais centros urbanos e econômicos.

A média mensal foi aumentando ano a ano. A máquina de corrupção que negocia concessões e permissões no Ministério das Comunicações, dirigida pelo Secretário Geral Rômulo Villar Furtado (há quinze anos ininterruptos no mesmo cargo) e pelo ministro Antônio Carlos Magalhães foi acelerando suas atividades. E adquiriu plena desenvoltura quando Sarney resolveu utilizar explicitamente as outorgas para a compra de votos na Constituinte, enfim, como um elemento estratégico para sua sustentação política. A média mensal de outorgas subiu de 10,6 em 1985 para 49,7 em 1988 (até 28 de

setembro).

NEGOCIANDO AS NOVAS TECNOLOGIA

Aquilo que em muitos países derrubaria ministros e talvez o próprio Presidente da República, aqui foi saudado como um lance de "genialidade política" por certos setores da imprensa. O que não é de estranhar. Além das centenas de outorgas leiloadas, outra monstruosidade política foi praticada pelos habitantes dos gabinetes do Ministério das Comunicações. Sem nenhum debate público, na surdina, desde outubro passado, foram regulamentadas praticamente todas as novas tecnologias de comunicação:

* Portaria 245, de 24/10/87, normatizando o serviço de Videotexto.

* Portaria 291, de 26/11/87, normatizando o serviço de Teletexto via TV.

* Portaria 298, de 1/12/87, normatizando o serviço de Teletexto via FM.

* Decreto 95.244, de 23/2/88, regulamentando o serviço de Televisão por Assinatura (primeiros beneficiados: Editora Abril, Rede Globo e uma empresa que tem como sócio o empresário Mathias Machline, dono da Sharp e amigo do presidente Sarney).

* Aceleração das concessões em UHF, inclusive com a elaboração de um Plano de Distribuição de Canais, baixado pela Portaria 194 de 5/8/88, incluindo 156 emissoras em 32 cidades (primeiros beneficiados: Editora Abril, Rádio Jovem Pan e Rede Globo).

Às vésperas da promulgação da nova Constituição, que exigirá uma revisão de toda legislação ordinária da área da comunicação, não havia nenhuma argumentação aceitável para Justificar o aceleração de implantação das novas tecnologias. Só uma explicação política: a necessidade de criar constrangimentos para uma futura regulamentação com a entrega do controle dessas tecnologias a grandes empresas

privadas e a barganha desse favorecimento em troca de base de sustentação política do governo Sarney.

O "ROUND" FINAL

Foi nesse clima que encaminhou-se a votação em primeiro turno da Constituinte. Nos corredores do Congresso três poderosos "lobbies" empresariais despontavam na disputa do tema comunicação: Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER, controlada pela Editora Abril), Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT, controlada pela Rede Globo). Milhares de contatos com parlamentares foram conduzidos pelos três "lobbies". Dezenas de jantares e coquetéis promovidos por esses "lobistas" deliciaram expressivas lideranças. E muitos "mimos, de fino trato" foram distribuídos a diversos parlamentares. A ABERT chegou a recrutar seus agentes na esquerda, tomando como seu advogado, por exemplo, o ex-deputado paulista Flávio Bierrenbach, que usava suas prerrogativas de ex-parlamentar para penetrar em reuniões "privativas de constituintes".

Nos momentos finais, a Federação Nacional dos Jornalistas, Sindicatos de Artistas e de Cineastas conseguiram romper o circuito do "lobby" empresarial e provocar alguma negociação. Conseguiram amenizar certos absurdos e delinear algumas medidas democratizantes. Mas, no essencial, o texto aprovado no primeiro turno favoreceu amplamente os sectores empresariais. A estratégia empresarial era muito clara: aceitava a democratização em certos limites e "só daqui para frente", desde que não se mexesse nos interesses consolidados durante o regime militar e o governo Sarney. E esse é o balanço final: os avanços registrados são pequenos e ainda dependem da legislação complementar e ordinária e, em contrapartida, os interesses consolidados - especialmente na área de rádio e televisão

- não só permanecem intocados como foram fortalecidos. O que ocorreu com o aval dos setores progressistas que, para não assumirem o confronto, acabaram assinando o acordo. Isso explica porque a palavra de ordem dos "lobbies", no segundo turno era: "deixem como está". Foram atendidos.

BRITTO, O "PROGRESSISTA"

Um dos principais responsáveis pelo sucesso da estratégia empresarial foi, sem dúvida, o deputado e jornalista Antônio Britto (PMDB-RS). Com especial pendor para perceber as oscilações do poder, o deputado Antônio Britto evoluiu de "carregador da pasta" do senador paulista Mário Covas (quando este ainda amargava a obscuridade, no início da Constituinte) até o alto posto de "braço direito" do líder do PMDB na Constituinte. Com a inegável competência e obstinação que lhe é peculiar, Antônio Britto plantou as teses do empresariado da comunicação (que lhe houvera de ser eternamente grato) com uma costura política irrepreensível, seduzindo da direita à esquerda. A competência com que Britto desincumbiu-se dessa tarefa pode ser avaliada por um resultado impressionante: defendeu interesses de minorias, saiu com as "mãos limpas" e ainda com fama de "progressista".

E DAQUI PARA DIANTE?

A situação é gravíssima. Na atual conjuntura os setores conservadores estão diluídos em siglas partidárias distintas e setores políticos com relativa diversificação. Nem o governo Sarney e nem os principais setores conservadores conseguiram formular um pacto convincente em torno dos novos rumos da transição conservadora. Mas a certeza que existe é que, no momento em que os interesses de classe estiverem realmente em jogo, o sistema de radiodifusão surge como uma infraestrutura pronta para reproduzir,

em escala de milhões, uma política de defesa dos interesses conservadores, indo, se preciso, até a sedição contra a democracia. Ou pelo menos contra a democracia que interessa às massas populares. Basta que se prenuncie algum avanço significativo na luta democrática ou alguma conquista real dos interesses populares para que esse sistema de radiodifusão - controlado predominantemente pelos setores integrantes ou politicamente próximos da antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional) - mostre toda as suas possibilidades de utilização conservadora.

Qualquer questão contraditória pode, futuramente, detonar essa bomba: reforma agrária, enfrentamento do FMI, uma nova política econômica que faça concessões aos interesses populares, etc. Qualquer presidente da República que não seja da direita conservadora - ou que não faça concessões essenciais à sua política - terá sérias dificuldades para se sustentar diante desses sistemas dominantes de comunicação.

POSSIBILIDADES DE MANIPULAÇÃO

No momento, aparentemente, não há orquestração política conspiratória, como aconteceu em 64, aliás, quando a monopolização dos meios era muito menos intensa. Mas a atual potencialidade de manipulação desses sistemas é assustadora. Esses sistemas de comunicação de massa são a garantia do atraso, do sentido restritivo e objetivamente antipopular do regime que surgiu do colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves e que preparou as bases da transição conservadora. Não há governo efetivamente democrático que se sustente sem enfrentar essa estrutura de poder e promover uma reorganização democrática dos sistemas de comunicação de massa. O governo Allende, no Chile, pagou caro por subestimar a capacidade deste tipo de articulação dos setores conservadores.

O sofisticado uso ideológico da televisão (para nos fixarmos num exemplo) através das novelas, dos programas humorísticos, da publicidade comercial - e que constitui o raio de cultura dos valores das classes dominantes - em momentos críticos é substituído pela militância política ostensiva. Os exemplos podem ser coletados em diversos momentos aqui mesmo no Brasil: a legitimação da sucessão de Figueiredo através do Colégio Eleitoral (após a derrota planejada das "Diretas-Já"), a mobilização popular durante o plano Cruzado, a Rede Globo construindo a imagem pública de "presidenciável" do ex-malufista Fernando Collor de Mello, a grosseira manipulação da Rede SBT para promover Sílvio Santos candidato à Prefeitura de São Paulo, os editoriais da grande imprensa cobrando o voto da Constituinte em determinados temas. No governo Sarney, o maior exemplo é, sem dúvida, a atuação cotidiana da Rede Globo que sempre traduziu claramente os interesses imediatos do Palácio do Planalto.

Por isso tudo, pode-se afirmar que a derrota na Constituinte foi fragorosa. E foi uma derrota que, além de ser política, foi também ideológica, porque essas questões, ao que parece, não estão sendo percebidas e muito menos enfrentadas, tanto no âmbito dos profissionais da comunicação como, e principalmente, no movimento popular e dos setores democráticos.

A consciência desse problema não é algo acessório: vem aí a disputa da legislação complementar e ordinária, onde haverão novos enfrentamentos. E há a revisão da Constituição de 88, já marcada para daqui a cinco anos. Por isso, a democratização da comunicação tem que figurar na pauta de todos os que lutam pela democracia no Brasil.